

Concurso do Campus da Justiça avança em Março

O projecto do novo Campus da Justiça da cidade fica concluído e vai ser lançado a concurso até final de Março

9 de Fevereiro 2009

Luis Ventura
Eduardo Pina (Foto)

O secretário de Estado Adjunto e da Justiça, José Conde Rodrigues, concluiu ontem o périplo pelo Baixo Vouga, com o anúncio de que o concurso para a construção do Campus da Justiça de Aveiro "está a ser preparado para lançar até final de Março".

Trata-se de um projecto que visa concentrar os vários tribunais dispersos pela cidade numa obra a edificar num terreno cedido há cerca de três décadas pela autarquia aveirense.

Depois de ter passado por Anadia e Estarreja, José Conde Rodrigues falava em Aveiro, onde verificou como estão a evoluir as obras de adaptação do antigo Convento das Carmelitas para albergar o novo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, que o Ministério da Justiça pretende inaugurar a 14 de Abril, dia do arranque da reforma do mapa judiciário.

O presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia, mostrou-se convencido de "vai ser possível cumprir o prazo". Os trabalhos de adaptação que, neste momento, decorrem no Convento das Carmelitas, vão custar 600 mil euros, uma verba suportada em partes iguais pela Câmara Municipal de Aveiro e pelo Ministério da Justiça.

O membro do Governo destacou que, no âmbito do novo mapa judiciário, está em curso "um investimento como nunca foi feito na recuperação e requalificação dos tribunais", e adiantou que, até Julho, devem ficar instaladas as duas grandes instâncias tributárias, em Lisboa e no Porto.

Por outro lado, vão transitar de Viseu os processos que são de Aveiro para aqui serem julgados. José Conde Rodrigues ressaltou que esta "é uma intervenção intercalar" e que, em conjunto com outras mais pequenas, visa dotar a cidade de Aveiro com as condições para ser a sede da Comarca do Baixo Vouga.

De resto, lembrou as pequenas obras de adaptação que estão em execução na antiga casa dos magistrados, que vai receber o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP), criado no âmbito do novo mapa judiciário, bem como os serviços do Ministério Público, e no Palácio da Justiça, cujas instalações vão receber o novo Juízo de Comércio.

O governante informou que estas alterações visam servir o cidadão, pelo que estão a ser preparadas sessões de esclarecimento às populações.

Governante visita Tribunal de Estarreja

José Conde Rodrigues visitou, também, as obras do Tribunal de Estarreja onde assinou um protocolo entre a Câmara e o Instituto de Gestão Financeira e das Infra-estruturas da Justiça (IGFIJ).

O acordo estabelecido entre as partes prevê que os serviços dos registos Predial e Civil sejam transferidos para as duas lojas situadas na Praça do Município. Trata-se, segundo o secretário de Estado Adjunto, de um "excelente" espaço com uma localização privilegiada entre o tribunal e a Câmara.

"O tribunal de Estarreja apresentava problemas estruturais e este protocolo vem solucionar esses problemas", afirmou José Eduardo de Matos, presidente da Câmara. O acordo vem dar continuidade a um protocolo assinado em 2003, momento em que a autarquia ficou responsável pela manutenção e utilização das antigas Casas dos Magistrados. Em troca, a Câmara permuta as duas lojas municipais pelo período de 20 anos.

O edifício do tribunal foi inaugurado há 20 anos e as obras de que agora é alvo estão avaliadas em seis milhões de euros, sendo um milhão e cem mil euros suportados pela autarquia.

José Eduardo de Matos revelou ainda que a autarquia também vai intervir no embelezamento da praça circundante ao tribunal. O edil assegura que aquele espaço vai ter uma nova imagem e ser mais um local central da cidade de Estarreja. CM

Números

12

número de magistrados do novo TAF

30 anos

Tempo da cedência do terreno pelo município de Aveiro

600 mil euros

Verba dispendida nas obras de adaptação em Aveiro

750 mil euros

Verba dispendida nas obras de adaptação em Anadia

800 mil euros

Verba dispendida nas obras de adaptação em Estarreja